



**MUNICÍPIO DE ROLADOR/RS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**LEI Nº 1.471, DE 27 DE JUNHO DE 2017.**

Este documento ficou exposto ao público, na Prefeitura no período de

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável

*“Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público para a função pública de Servente de limpeza, no âmbito do Legislativo, e dá outras providências.”*

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLADOR. No uso de suas atribuições constitucionais e legais;

**FAÇO SABER**, que o legislativo aprovou lei de sua iniciativa e eu a sanciono:

**Art. 1º.** Fica autorizada, para fins de contratação temporária de excepcional interesse público, a contratação de servente, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e art.232, inciso III do Regime Jurídico, Lei 056/2001.

**§ 1º.** O prazo máximo de duração do contrato emergencial por excepcional interesse público será de 06 (seis) meses, improrrogável.

**§ 2º.** A contratação de que trata o presente artigo será precedida, obrigatoriamente, de processo seletivo simplificado, na forma estabelecida em edital de competência da Mesa Diretora.

**§ 3º.** O contrato de que trata este artigo, obriga o contratado ao cumprimento de carga horária de 20 (vinte horas) semanais.

**Art. 2º.** O Contratado deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Idade: mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) Instrução: 4ª Série do Ensino fundamental;

**§ 1º** As funções a serem desempenhadas pelo contratado são as estabelecidas para o cargo de provimento efetivo, conforme Anexo I da Lei Municipal nº 1.352/2015.

**§ 2º** A remuneração mensal, equivalente a 20 horas semanais, paga sob a forma de vencimento, será proporcional ao previsto em lei para o cargo de Servente, previsto na Lei Municipal nº 1.352/2015, assegurado o salário mínimo nacional vigente.

**§ 3º** Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurados os direitos ao contratado previstos no Regime Jurídico, assim como os deveres.

**§ 4º** sobre o valor da remuneração paga ao contratado incidirão os descontos legais previdenciários, sociais e tributários.

**Art. 3º** A contratação autorizada por esta Lei tem natureza administrativa e será formalizada conforme as normas previstas na Legislação Municipal.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias lançadas na Lei Orçamentária Anual vigente neste ano de 2017.



**MUNICÍPIO DE ROLADOR/RS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



---

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Rolador, RS, em 27 de junho de 2017.

**PAULO ROGÉRIO DE MENEZES PEIXOTO**  
Prefeito

**Registre-se. Publique-se.**

**ODAIR DA ROCHA**  
Secretário Municipal da Gestão e Governo